



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade
CEP 88040-000 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9906 ou (48) 3721-9432 (FAX)
e-mail: direcaondi@ced.ufsc.br

ATA N. 109 / COLEGIADO / 2012

1 Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Ata da centésima
2 nona reunião do Colegiado do Núcleo de Desenvolvimento Infantil, realizada no dia dez de
3 dezembro de dois mil e doze, às dezoito horas e trinta minutos, na sala de estudos do
4 Núcleo. Estavam presentes: Diretora: Marilene Dandolini Raupp; a Coordenadora
5 Pedagógica e de Extensão: Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer; a Coordenadora
6 Pedagógica e de Pesquisa: Sônia Maria Jordão de Castro; as Professoras Efetivas: Carolina
7 Shimomura Spinelli, Soraya Franzoni Conde, Gisele Day, Pricilla Cristine Trierweller,
8 Débora Cristina de Sampaio Peixe, Giandrea Reuss Strenzel, Graziela Maria Beretta López,
9 Jodete Bayer Gomes Fullgraf, Juliane Mendes Rosa La Banca, Thaisa Neiverth; os
10 Representantes de Técnicos Administrativos em Educação: Isabel Cristina da Rosa e
11 Valdete de Oliveira Martins; os Representantes das Famílias: Issakar Lima Souza, Renata
12 Freitas e Natacha Eugênia Janata. Justificaram ausência as Professoras Regina Ingrid
13 Bragagnolo, Josiana Piccolli, Caroline Machado Monn e Rose Elaine De Liz Waltrick; A
14 presidente inicia a reunião cumprimentando a todos e recomendando a apreciação da pauta
15 da reunião. Issakar Lima Souza solicita a inclusão de um ponto de pauta, assim como a
16 Professora Juliane Mendes Rosa La Banca, ambos solicitando esclarecimentos. Os pontos
17 incluídos são o nono e o décimo respectivamente. Os informes gerais passam a ser o
18 décimo primeiro e último ponto de pauta. Aprovado. A presidente apresenta o primeiro
19 ponto de pauta: apreciação e aprovação das atas nº 106 de primeiro de outubro; nº 107 de vinte
20 e dois de outubro de 2012 e nº 108 de vinte e seis de novembro de 2012. Em bloco, são
21 aprovadas as três atas: nº 107, 108 e 109. O segundo ponto de pauta: processo de Estágio
22 Probatório (1º relatório parcial – 6 meses) da Professora Carolina Spinelli Shimomura. A
23 Professora Soraya Franzoni Conde lê o relato que apresenta informações a respeito do
24 Memorial Descritivo com as devidas cópias dos documentos comprobatórios das atividades
25 desenvolvidas nos primeiros seis meses de estágio probatório. A comissão recomenda a
26 aprovação do relatório. Aprovado. O terceiro ponto de pauta: processo 23080.059193/2012-18
27 – Relatório parcial das atividades de doutorado da Professora Eloisa Helena Teixeira Fortkamp.
28 A relatora, Professora Giandrea Reuss Strenzel faz o relato que inclui a solicitação de
29 continuidade do afastamento no período de abril de 2013 a abril de 2014. A relatora enumera
30 todos os documentos que comprovam as atividades realizadas, dentre participação em eventos e
31 publicações. Ao examinar toda a documentação, destaca o alto índice de aproveitamento da
32 professora e é de parecer favorável ao afastamento em período integral para a continuidade dos
33 estudos de doutorado. Em apreciação. Aprovado. 4. O quarto ponto de pauta: Processo
34 23080.059192/2012-65 – Relatório parcial das atividades de doutorado da Professora
35 Margareth Feiten Cisne. A relatora, Professora Thaisa Neiverth apresenta o relatório que
36 solicita a renovação do afastamento em período integral para a continuidade dos estudos de



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade
CEP 88040-000 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9906 ou (48) 3721-9432 (FAX)
e-mail: direcaondi@ced.ufsc.br

37 doutorado da professora, em seu quarto ano. O relatório apresenta os documentos
38 comprobatórios das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2012, incluindo a participação
39 em eventos e publicação de trabalhos. A relatora é de parecer favorável para a continuidade do
40 afastamento para os estudos de doutorado. Em apreciação. Aprovado. O quinto ponto de pauta:
41 representação docente (titular e suplente) do NDI na Comissão de Revisão do Regimento do
42 Colégio de Aplicação. A presidente esclarece alguns pontos relacionados ao assunto. Valdete
43 pergunta se é preciso ser professor. A presidente explica que sim. Soraya Franzoni Conde diz
44 que gostaria de participar, mas devido às demandas do Curso de Especialização em Docência
45 na Educação Infantil - CEDEI e do Sindicato, não será possível. A Professora Carolina
46 Shimomura Spinelli se coloca à disposição como titular e a professora Sônia Maria Jordão de
47 Castro como suplente. Em apreciação. Aprovado. Sexto ponto de pauta: representação docente
48 (titular e suplente) do NDI na Comissão de Complementação do Regimento do CED. De
49 acordo com a presidente, pedem um docente. Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer diz
50 que a nossa participação é crucial. A presidente sugere o nome da Professora Giandréa Reuss
51 Strenzel. Considerando o tempo e o volume de trabalho, Giandrea Reuss Strenzel solicita mais
52 informações e a presidente complementa as informações. A professora Giandrea Reuss Strenzel
53 diz que aceita se tiver o caráter de representação do NDI, levando à comissão as ideias
54 coletivas. A Professora Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer se coloca à disposição como
55 suplente. Em apreciação. Aprovada. Sétimo ponto de pauta: solicitação de remoção, do NDI
56 para a PROGRAD, da TAE Pedagoga Rute da Silva. A presidente explica que foi aprovada a
57 ida da TAE, mas continuando lotada no NDI. Agora há o pedido de remoção para que ela deixe
58 de ser lotada no NDI. Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer pergunta se é possível, como
59 sugestão, a vinda de uma pedagoga da Educação Especial, visto que há um concurso em
60 vigência. Não como condição, mas como sugestão e preferencialmente da Educação Especial.
61 Issakar Lima Souza alega que a remoção aponta para a perda da vaga. Há uma outra forma
62 denominada redistribuição, que possibilita a troca de vaga. Do contrário, o NDI acabará
63 abrindo mão da vaga e não tem volta. Se for aprovada a remoção, é aprovada a perda de vaga
64 no NDI que não poderá ser negociada. Gisele Day pergunta se ela tem a necessidade da
65 remoção agora. A presidente comunica que Rute da Silva está solicitando. Issakar Lima Souza
66 pede as razões. A presidente lê as razões: exercer a função de apoio ao Departamento de Ensino
67 da Pró-Reitoria de Ensino da Graduação – PROGRAD. Issakar Lima Souza sugere ver quais as
68 razões exigidas para esse tipo de solicitação, no âmbito da universidade federal. Valdete de
69 Oliveira Martins fala que posteriormente pode ser feito o pedido para a vinda de outra
70 pedagoga. Gisele Day lembra o caso da professora Elizabeth Alexandre Russi que saiu por um
71 tempo e retornou - a vaga permaneceu aqui. A presidente esclarece que professora EBTT tem
72 dois lugares para trabalhar na UFSC: NDI e CA. Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer fala
73 que os técnicos têm vários setores na universidade para trabalhar. Natasha Eugênia Janata
74 pergunta se o NDI não precisa de mais uma técnica, visto que não se pode dizer às famílias que



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade
CEP 88040-000 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9906 ou (48) 3721-9432 (FAX)
e-mail: direcaondi@ced.ufsc.br

75 não se precisa dessa vaga e depois voltar atrás e constatar a falta. Seria contraditório. A
76 presidente explica que são três técnicas administrativas em educação na coordenação
77 pedagógica de pesquisa e de extensão. Esclarece que se precisa de uma pedagoga da Educação
78 Especial, considerando o número cada vez maior de alunos no NDI com necessidades especiais.
79 Essa seria uma possibilidade, mesmo que não imediatamente. Sônia Maria Jordão de Castro
80 explica que faz falta a pedagoga da Educação Especial a fim de contribuir com o projeto de
81 inclusão. Issakar Lima Souza alerta que se ocorrer de uma das pedagogas precisar se retirar por
82 algum motivo (curso, saúde...), quem ficará no lugar? Seria interessante que o NDI conservasse
83 a vaga. Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer diz que ela pode ficar lá o tempo necessário
84 e, quando vier outra pedagoga, sugere a redistribuição e não a remoção. Issakar Lima Souza
85 pondera que, como neste momento o NDI não pode abrir mão de uma vaga, considerando as
86 demandas de capacitação, que seja feito um pedido de redistribuição. A presidente encaminha
87 para votação as seguintes propostas apresentadas: a segunda de aprovação da remoção,
88 sugerindo a vinda de outra pedagoga. Em votação: quatorze votos na primeira proposta e dois
89 votos na segunda proposta. Primeira proposta foi aprovada. O oitavo ponto de pauta: inclusão
90 do processo de estágio probatório da professora Débora Cristina de Sampaio Peixe. A relatora,
91 Professora Giandréa Reuss Strenzel relata que a professora apresentou o memorial juntamente
92 com a documentação necessária e comprobatória das atividades de ensino, pesquisa e extensão
93 desenvolvidas no ano de 2012, dentre participação em eventos, em bancas de especialização e
94 publicações. A comissão avaliadora recomenda a aprovação do relatório de desempenho
95 referente ao segundo ano de exercício. Em apreciação: aprovado. O nono ponto de pauta:
96 inclusão de esclarecimentos, a pedido de Issakar Lima Souza, representante das famílias.
97 Informa que algumas famílias do NDI lhe perguntaram sobre o assunto que foi votado no CUN,
98 relacionado a abertura de vagas para a comunidade. Compreende que faz parte da conquista e
99 resultado de uma luta. Deseja saber mais informações para poder conversar com estas famílias,
100 o sindicato, etc. Indaga se é uma luta dos professores, do governo federal, do Ministério
101 Público. A presidente esclarece que é uma luta do NDI associada às definições legais. Informa
102 quer o NDI promoveu uma agenda de debates sobre o assunto com a Comunidade Universitária
103 e que está documentada, seguiu os trâmites universitários, mas na Câmara de Ensino de
104 Graduação foi reprovada. Esclarece que existe uma legislação que trata desta questão e o NDI
105 impulsionou a discussão na universidade. Giandréa Reuss Strenzel complementa que o NDI
106 nos últimos 30 anos contribuiu para a fundação da Associação Nacional das Unidades
107 Universitárias de Educação Infantil– ANUFEI. Nas lutas e encontros anuais da ANUFEI e do
108 Conselho Nacional dos Dirigentes das Escolas de Educação Básica das Universidades federais -
109 CONDICA_p, conseguiu-se que o atendimento fosse aberto para toda a comunidade sem critério
110 de vaga. O NDI ajudou a gestar essa luta que é histórica da área e das creches universitárias.
111 Reafirma que não é apenas uma luta do NDI, que a Resolução do Conselho Nacional de
112 Educação que trata do assunto culminou esse movimento. Issakar Lima Souza reitera que



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade
CEP 88040-000 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9906 ou (48) 3721-9432 (FAX)
e-mail: direcaondi@ced.ufsc.br

113 precisa de mais elementos para explicar para professores, técnicos e etc.. Entende que o
114 contexto histórico não está desvinculado, contudo, reforça que fica difícil os pais dizerem que
115 abrem mão da creche em local de trabalho. Expõe que não vê vantagem nessa perda e que esta
116 só enfraquece os trabalhadores da universidade, em especial os que estão ingressando. Comenta
117 que é como se, por exemplo, os estudantes abrissem mão de espaços como o Restaurante
118 Universitário. Renata Freitas também fica em dúvida. Ela explica que na proposta de abertura
119 para a comunidade aprovada recentemente pelo Conselho Universitário há uma exclusão.
120 Pergunta o que é preciso fazer para que não fique pior do que já estava. Marcia Regina Goulart
121 da Silva Stemmer explica que, na história da Educação Infantil, sua gênese é assistencialista e
122 que a área surge com o intuito de atender os desvalidos. Esclarece que a concepção que se tem
123 ainda hoje, é que não precisa de formação, basta o instinto materno, etc. Reafirma que essa
124 discussão é longa, existem os documentos legais referentes a essa especificidade, etc. Que o
125 NDI surge como espaço de assistência à mãe trabalhadora e que dede então houve mudanças.
126 Comenta que passou a ser um direito não da mãe, mas da criança. Informa que os professores
127 do NDI são professores da universidade, fazem ensino, pesquisa e extensão. Que se a
128 instituição se pautasse somente no ensino, seria de responsabilidade do município. Que a partir
129 de 2004, no Estatuto da Universidade, o NDI se torna unidade de ensino, assim como o Colégio
130 de Aplicação. Esclarece que o Ministério Público ainda não se manifestou sobre a decisão do
131 Conselho Universitário e que a posição do NDI é de não haver reserva de vaga em hipótese
132 nenhuma. Explica que precisamos de um grupo heterogêneo, sobretudo porque fazemos
133 pesquisa e que isso é possível mediante o sorteio universal. Considera que se for consolidado o
134 que o CUN votou, por análise econômica, volta-se à discussão. A educação infantil não é para
135 criança pobre, mas para todas as crianças, sem distinção, independente de classe social. Jodete
136 Bayer Gomes Füllgraf explana que o NDI como creche em local de trabalho foi criado com a
137 participação dos alunos, foi fruto de muitas lutas. Que o contexto foi se modificando:
138 movimentos sociais, direito das mulheres, renda. Informa que todo ano a vaga era renovada e
139 que se o aluno da UFSC se formasse, perdia a vaga. Após 1988 foi criado o auxílio creche, em
140 lugar da creche em local de trabalho e chamou-se atenção para o duplo benefício: vaga e
141 auxílio creche. Isso caracterizava o duplo benefício que passou a ser questionado. O NDI
142 organizou um ciclo de debates, foi buscando esse movimento de debate. A sociedade foi se
143 organizando para conquistar uma política de creche. É uma questão ampla e complexa. A
144 presidente esclarece que há muitas famílias que compreendem que o NDI deve abrir para a
145 comunidade. Que desde a década de 1980, o NDI almeja tornar-se público por inteiro. Que ele
146 tem uma conformação privada por atender crianças somente filhas de professores, funcionários
147 e estudantes da UFSC. Issakar Lima Souza, que precisa levar essas questões aos colegas e
148 sindicato, reconhece que muitas vezes, gerou-se um descaso quando professores, funcionários
149 deixaram de participar do debate. Insiste que quem está chegando agora não terá mais
150 condições de se aposentar como os colegas antigos. Justifica que apoiou a greve,



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade
CEP 88040-000 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9906 ou (48) 3721-9432 (FAX)
e-mail: direcaondi@ced.ufsc.br

151 principalmente porque tem acesso à instituição. Sublinha que é necessário sermos corporativos
152 nesse sentido. Questiona quem é o Ministério Público? Responde que são funcionários como
153 nós, com direito a bons meses de férias e remuneração muito boa. Indaga por que interferem na
154 autonomia universitária? Comenta que o MEC e outros órgãos estão cheios de relatórios, que
155 depende da interpretação que se faz. Pondera que estamos tentando fazer justiça social, mas
156 estamos nos enfraquecendo. O décimo ponto de pauta: inclusão de esclarecimentos, a pedido da
157 Professora Juliane Mendes La Banca. A professora tem dúvida a respeito do relatório anual de
158 atividades de 2012, se não deveria ser entregue em fevereiro, no término do semestre. A
159 presidente diz ser possível incluir mais dados em fevereiro mas que é importante ser entregue
160 neste período. A segunda questão levantada pela professora Juliane Mendes La Banca é sobre a
161 faxina de final de ano. Lembra que havia sido combinado, anteriormente, deixar a sala de
162 aula como estava para continuar em fevereiro. Ao mesmo tempo compreende que há a urgência
163 da desratização, etc. Mas questiona como ensacar tudo com a presença das crianças na sala de
164 aula? Como guardar os materiais se ainda estarão em uso até o dia 21 de dezembro? A
165 presidente informa que há a sugestão que, no dia 17 (terceiro dia do vestibular), tenha
166 expediente interno para poder ensacar as coisas e que o dia 20 de novembro será jogado para o
167 dia 1 de fevereiro para organizar os espaços. Que essas duas datas não implicam mudança do
168 calendário de reposição de greve, garantindo-se que todos os dias sejam repostos, conforme
169 anteriormente definido. Marcia Regina Goulart da Silva Stemmer sugere que se use mais os
170 espaços externos e se usem alguns brinquedos, guardando outros. A professora Juliane Mendes
171 La Banca lembra que o encaminhamento anterior é o de que não haveria dedetização e
172 desratização. A presidente expõe que há muitas formigas, baratas, etc e será necessário fazer os
173 serviços. Esclarece que no período de férias haverá a limpeza, mas a organização antes dos
174 serviços e após as férias é dos profissionais do NDI. Issakar Lima Souza sugere que se envie
175 essa informação por email e por escrito, para as família, na agenda. Marcia Regina Goulart da
176 Silva Stemmer lembra que já foi bilhete sobre o assunto. Décimo primeiro ponto de pauta.
177 **Informes Gerais:** Decreto sobre o Banco de equivalentes e Portaria de Regulamentação dos
178 CAP; Edital/NDI/2013 para ingresso de crianças no NDI e outros informes. A presidente
179 informa sobre o convite da formatura do Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos do
180 Colégio de Aplicação no município de Catanduvas, enviado pela Técnica em Assuntos
181 Educacionais Leily Abdala Pires Boemer. Na sequência, a presidente informa sobre a
182 notícia do retorno da SESu acerca do banco de equivalentes de professores EBTT com
183 previsão de publicação em março de 2013, por meio de Decreto. Esclarece que a luta do
184 CONDICAp era que a data fosse 2011 porém a SESu informou que será agosto de 2012.
185 Assim, para o NDI, haverá a perda de uma vaga decorrente da aposentadoria da Professora
186 Sandra Bayestorff. Informa também que a Portaria de Regulamentação dos CAP também
187 será publicada e a SESu informou sobre a distribuição de vagas EBTT que havia sido
188 publicada em Projeto de Lei. Do conjunto dos dezessete Colégios de Aplicação, nove deles



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
NÚCLEO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL
Campus Universitário João David Ferreira Lima – Trindade
CEP 88040-000 - Florianópolis – SC
Fone: (48) 3721-9906 ou (48) 3721-9432 (FAX)
e-mail: direcaondi@ced.ufsc.br

189 receberão 71 vagas. Informa que o critério utilizado pela SESu para definir a distribuição
190 destas vagas foi o número de alunos e professores do censo de 2010 e o número de
191 estagiários 2011. Nestas estatísticas, o CA e NDI são os que mais têm alunos de inclusão e
192 estagiários, porém a UFSC ficou sem vagas causando indignação. A presidente explica que
193 na última sexta feira à noite, em reunião com a direção do CA, foi elaborada uma carta, um
194 documento a ser entregue na reitoria a fim de que a reitora peça esclarecimentos junto a
195 SESu sobre os critérios, os motivos dessas medidas, objetivando uma revisão da
196 distribuição das 71 vagas. Esclarece também que de acordo com os critérios mencionados a
197 educação básica da UFSC deveria ter recebido 6 vagas. Finaliza agradecendo a presença de
198 todos. Eu, Débora Cristina de Sampaio Peixe, lavrei a presente ata que, se aprovada, será
199 assinada pela presidência e demais membros. Florianópolis, dez de dezembro de dois mil e
200 doze.